

Aprovado relatório final da comissão de inquérito à rede de cuidados integrados dos Açores

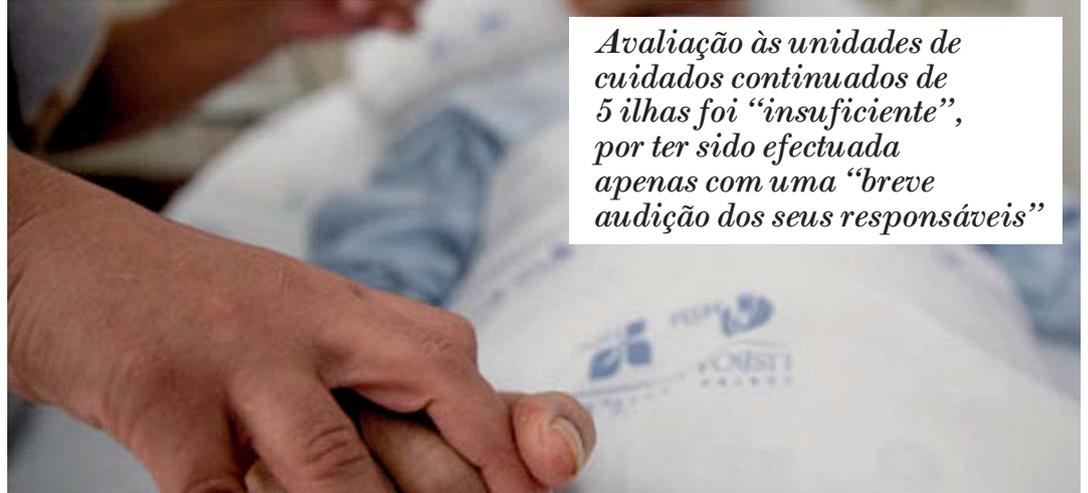
Foi aprovado por maioria o relatório final da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores, constituída para analisar e avaliar os procedimentos adoptados pelo Governo dos Açores e pelos responsáveis das Unidades de Internamento da Rede, na sequência de notícias sobre alegados maus-tratos a idosos.

O documento foi aprovado com votos favoráveis de três dos quatro partidos com assento na Comissão de Inquérito, que “não foi capaz de avaliar toda a rede de cuidados continuados”.

Segundo refere o Bloco de Esquerda, que votou a favor, o relatório assume que “a avaliação às unidades de cuidados continuados de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores foi insuficiente, por ter sido efectuada apenas com uma breve audição dos seus responsáveis, sem uma visita às respectivas instalações”.

O deputado bloquista Paulo Mendes refere, em nota enviada às redacções, defende o reforço do investimento em unidades de carácter público na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, alertando para os “efeitos perniciosos” da existência de unidades de cuidados continuados de grandes dimensões em instituições privadas.

Na declaração de voto do relatório da Comissão de Inquérito, o deputado do BE considera que a falta de capacidade de resposta das instituições públicas da Rede de Cuidados Continuados poderá ter sido “a razão para não se ter procedido ao encerramento definitivo e revogação do protocolo” com a Santa Casa da Misericórdia “quando se veri-



Avaliação às unidades de cuidados continuados de 5 ilhas foi “insuficiente”, por ter sido efectuada apenas com uma “breve audição dos seus responsáveis”

ficaram motivos para tal”.

“O Bloco de Esquerda votou a favor do relatório final desta Comissão de Inquérito, porque considera importante que sejam implementadas as recomendações que constam do documento”, mas revela “não colocar de parte a existência de uma nova comissão de inquérito sobre este assunto, no futuro, caso as conclusões da investigação do Ministério Público, que está em curso, revelem implicações políticas”.

O bloquista recorda que o PS votou contra uma proposta que pretendia suspender os trabalhos da comissão até à conclusão das investigações do Ministério Público. “Assim, não foi possível apurar responsabilidades sobre eventuais ocorrências de maus tratos e

negligência na Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo por força do impedimento do Ministério Público à audição do responsável por esta instituição”, frisa o Bloco.

PS: “alarmismo social” sobre alegados maus tratos “não tem fundamento”

Já o Grupo Parlamentar do PS/Açores considera que “o alarmismo social, que resultou de algumas notícias, não tem fundamento presentemente na maioria das Unidades de Internamento da Rede de Cuidados Continuados Integrados dos Açores, sem prejuízo do que o Ministério Público vier a apurar nos casos concretos da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e de

Angra do Heroísmo, que estão sob investigação judicial”.

Para os socialistas, o relatório “confirma que o Governo dos Açores actuou correctamente sempre que foram denunciadas suspeitas de problemas nos cuidados prestados aos idosos que estão institucionalizados na Rede de Cuidados”.

“Fosse através dos mecanismos legais previstos, fosse através da intervenção directa junto dos responsáveis das instituições, a Secretaria Regional da Saúde e da Solidariedade Social agiram em defesa dos utentes da Rede de Cuidados Continuados dos Açores - mesmo antes das situações referidas na reportagem que levou o PSD a exigir a criação desta comissão de inquérito”, sublinha o PS, em comunicado.

Lara Martinho defende reforço das acções de descontaminação da ilha Terceira

A deputada açoriana do PS na Assembleia da República, Lara Martinho, defendeu ser necessário reforçar as acções de descontaminação da ilha Terceira, “que permitam uma descontaminação total de forma célere, transparente e pública”.

Durante a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, na Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, no Parlamento, a socialista afirmou que a sua maior prioridade desde o início da legislatura “é a saúde e a segurança das pessoas”, colocando o tema acima de “quaisquer considerações político-diplomáticas”. Lara Martinho acrescentou que, sem a resolução efectiva desta questão, todas as outras são “supérfluas”.

A deputada defendeu as acções em locais cujo padrão de contaminação ou não é totalmente conhecido ou não é conclusivo também têm de ser garantidas, salientando a necessidade de “assegurar a protecção e a qualidade ambiental, independentemente do uso

actual ou futuro do local em causa”, de “apostar em medidas concretas e visíveis de monitorização permanente, e, por fim, reforçar os mecanismos de informação e transparência públicos”.

“Esta foi, é e será sempre a nossa principal prioridade: a saúde e segurança da nossa população”, referiu.

O Ministro concordou com a parlamentar do PS quanto à importância da saúde e segurança na Base das Lajes e, por isso, é tão importante para o Governo “manter sempre o controlo quer da qualidade da água, quer da qualidade dos solos, quer dos indicadores de saúde pública”.

Para isso, o Governo utiliza os relatórios técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) no que diz respeito aos solos, e as competências técnicas das autoridades de saúde pública regionais quanto à qualidade da água e aos indicadores de saúde pública.

Augusto Santos Silva revelou ainda que na reunião da Comissão Laboral do



passado dia 12 de Julho, em Washington, nos Estados Unidos da América, não foi apresentada nenhuma queixa individual.

“Em relação às questões pendentes houve uma evolução positiva na questão da saúde ocupacional, visto que finalmente as autoridades norte-americanas compreenderam que era essencial recrutar um técnico português para a saúde ocupacional”, anunciou.

A socialista também recordou que o Executivo definiu como um dos grandes objectivos da política externa portuguesa fortalecer a ligação norte-atlântica. “Durante estes quatro anos a acção governativa no âmbito da política externa empenhou-se na valorização da relação transatlântica, não apenas ao nível bilateral, mas também no âmbito multilateral”, sublinhou Lara Martinho, que explicou que, para isso, contribuiu a “indispensável valorização dos Açores e da sua posição geoestratégica”. De acordo com a deputada do PS, o reforço desta ligação justifica-se em domínios como a defesa, “pela centralidade atlântica dos Açores e a urgência na resolução das questões problemáticas na Base das Lajes”, a segurança, “na atribuição de novas valências para as Lajes” como o Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA), a ciência e tecnologia, “no desenvolvimento de parcerias no âmbito do AIR Center”, e ainda a economia, “com as novas oportunidades de negócios como é o caso do gás natural”.